



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Defesa de Arruda se manifesta em ação no TRE-DF e sustenta que nova lei garante candidatura

Os advogados do ex-governador José Roberto Arruda (PSD) apresentaram a contestação às ações de impugnação protocoladas por um candidato a deputado distrital e pelo Ministério Público Eleitoral. Em 850 páginas, o advogado Francisco Emerenciano sustenta que todas as condenações em ação de improbidade administrativa que provocaram pena de inelegibilidade possuem conexão, uma vez que são decorrentes da mesma origem, a Operação Caixa de Pandora, e tramitaram na mesma 2ª Vara de Fazenda Pública do DF. Por isso, a pena máxima, segundo estabelece a Lei Complementar 129/2025 — que alterou a Lei da



Marcelo Ferreira/CS/DA Press

Ficha Limpa —, seria de 12 anos a contar da primeira condenação colegiada, que ocorreu em junho de 2014. A defesa também alega que, embora a lei em questão esteja sendo contestada em ação que tramita no STF, esta só perde a validade se e quando for considerada inconstitucional pela Corte. Sobre a apontada irretroatividade dos benefícios da nova lei em casos de improbidade administrativa, Emerenciano sustenta que essa regra, estabelecida no Tema 1199 do STF, só se aplica em casos de processos com trânsito em julgado que seriam revistos. Nenhum dos processos de Arruda chegou ao fim, com possibilidade esgotada de recursos.

Incansável

Com uma semana de campanha oficial, a governadora Celina Leão (PP), candidata à reeleição, está deixando sua equipe de campanha de língua de fora. Na última quinta-feira, ela andou 520 quilômetros de carro e ficou cinco horas e 20 minutos dentro do veículo numa jornada extenuante atravessando de ponta a ponta o quadradinho do DF. No dia seguinte, às 7 horas da matina, estava na Feira do Produtor na Ceilândia. Haja preparo físico.



Reprodução/Instagram

Dilema

O Sindicato dos Bancários do DF parece viver um dilema: ao mesmo tempo em que diz defender os empregos e o BRB público, faz forte oposição à atual gestão do governo, que corre atrás de alternativas para solucionar a crise. Está entre a disputa política ou a defesa dos trabalhadores.

Publicidade antagônica

A militância pelas ruas de Brasília chama atenção pelas mensagens nas faixas. Uma delas diz: “Quem causou o prejuízo que pague!” — discurso alinhado ao que vem sendo repetido pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan. Mas, na mesma faixa, aparece: “Empregos e BRB público não se negociam.” Só falta resolver a equação.

Campanha salarial ou política?

Em plena campanha salarial nacional dos bancários, o sindicato intensifica a mobilização política pelas ruas. A militância saiu do discurso de aumento salarial e melhores condições de trabalho para abraçar a causa do BRB como patrimônio de Brasília. Integrantes do GDF torcem para que a mensagem chegue até o presidente Lula.



Reprodução/Instagram

Sem a Segurança

Alguns integrantes da diretoria do Sindicato dos Delegados (Sindepo) estranharam à ausência do secretário de Segurança, Alexandre Patury, e do Diretor da Polícia Civil do DF, José Werick de Carvalho, na sabatina da governadora Celina Leão no Clube do Sindicato na quinta-feira à tarde. Mas tem uma explicação: o encontro de campanha foi na hora de trabalho e os dois, como servidores, não poderiam estar presentes na sabatina da chefe deles com os delegados de Brasília.

Muito além da pauta LGBT+

Fábio Felix disse, em entrevista ao *Podcast do Correio*, que quer ser na Câmara dos Deputados muito mais do que um parlamentar defensor da causa LGBT+. Essa bandeira está na base da política que ele faz, mas o mandato, caso seja eleito, será muito mais do que isso. Ele pretende atuar em questões de economia popular, defesa de direitos sociais e na fiscalização dos gastos públicos.



Minervino Júnior/CS/DA Press

Campanha com criatividade

Candidatos têm investido em formatos cada vez mais criativos para se conectar com o eleitor, como jingles, coreografias e cliques musicais que unem música e mobilização de rua. Um dos que aderiu a essa onda está o deputado distrital Eduardo Pedrosa (União), que gravou o clipe do jingle de sua campanha. A produção começou no comitê central, com coreografia ensaiada por toda a equipe, confete, balões e os cabelos dos colaboradores pintados na cor que identifica a campanha, e seguiu ao longo do dia por diversos pontos turísticos do Distrito Federal e por feiras, aproveitando a paisagem da capital para compor as cenas.



Divulgação

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb



»Entrevista | SANDRO AVELAR | CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL PELO UNIÃO BRASIL

No *Podcast do Correio*, o ex-secretário do GDF diz que, se eleito, defenderá a criação de uma pasta específica para a área

Por um ministério da Segurança

» DARCIANNE DIOGO

O candidato a uma vaga na Câmara dos Deputados Sandro Avelar (União) participou do Podcast do *Correio*, conduzido pelas jornalistas Ana Maria Campos e Mila Ferreira, e apresentou bandeiras na área da segurança pública. O ex-secretário de Estado do Distrito Federal defende a criação de um ministério específico na área e acredita que não haverá impasse político no avanço desse projeto.

Se eleito, como o senhor pretende levar sua atuação na Segurança Pública para o Congresso?

Precisamos de alguém que realmente conheça a segurança pública. Não falo só do DF, mas no âmbito nacional. A maior preocupação do brasileiro, em qualquer pesquisa que você faça, é com a segurança. Ao mesmo tempo que o Brasil tem os ministérios da Saúde e da Educação, por que não temos o Ministério da Segurança Pública?

Não fale para mim que Ministério da Justiça é da Segurança, pois não é. Os ministros que estão lá escalados conhecem muito de Justiça, mas quase nada de segurança pública — que é uma preocupação de todos, não só da esquerda, direita ou centro. Ninguém suporta mais esse distanciamento. Porque vem a pessoa que não conhece nada de segurança e, de repente, é responsável por coordenar as forças de segurança. Por mais que haja um esforço e boa vontade, carece de conhecimento. E esse conhecimento é técnico. Tenho certeza que, se Lula for reeleito, como qualquer outro presidente, vai criar o Ministério da Segurança Pública. Se existia algum tipo de constrangimento sobre esse assunto, não tem mais. Precisamos de segurança pública comandada por quem é da área. Com isso, vamos melhorar os índices no Brasil. Se a segurança pública se resolvesse só com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal ou com as Forças Armadas, era justificável esse descompasso. Mas

Correio Braziliense



QR Code

a segurança demanda uma integração entre as forças federais, estaduais e municipais.

O senhor acha que pode atuar em um movimento dos congressistas para forçar e incentivar a criação desse órgão?

Tenho certeza absoluta. O parlamento é para você fazer discurso, para você cobrar e denunciar. Hoje, ninguém fala isso. Acho engraçado que, a cada quatro anos,

vem o parlamentar que se apresenta como o cara da segurança e traz os mesmos temas que defende há quatro, oito ou 12 anos. Eu teria vergonha de retomar esses assuntos que já foram tratados há duas décadas. Mas, a cada quatro anos, você reforça a incapacidade de movimentar. Não consegue mudar o ciclo, então, tenho certeza de que, estando no Congresso, esse tema da criação do Ministério da Segurança Pública, e outros que afetem a

maioridade penal, do criminoso reincidente ou da audiência de custódia, vão avançar.

Foram aprovadas algumas regras, como a Lei Antifacção, o encaminhamento da PEC da Segurança Pública. Acha que vão aprovar nessa legislatura?

Vai ficar para o ano que vem. Mas repara como são as contradições que temos que enfrentar e mudar. São temas sérios e o Brasil está cansado de determinadas brincadeiras. O Brasil se acostumou com essa ideia de eleger pessoas que não têm bandeiras, pessoas cuja bandeira é um umbigo, mas que aprenderam a ganhar a eleição com a estrutura montada. Isso envolve uma série de coisas, como as presidências de partido, deputados escolhidos para serem eleitos em detrimento de outros que, às vezes, têm uma condição muito maior de realmente lutar para trazer boas bandeiras. Quantas pessoas que, nessa minha jornada, às vezes você traz uma bandeira positiva, quer fazer boas entregas,

e você acha que a pessoa está te ouvindo, mas, ao final, ela te pede dinheiro.

Tem outro tema também que tem dominado a política no DF, que é o Fundo Constitucional. Houve ameaças de mudança no cálculo do fundo para, de repente, a União mandar menos dinheiro para o DF. Como o senhor vai atuar para defender esse fundo?

Serei o maior defensor do Fundo Constitucional, porque serei o parlamentar do DF que represente as forças da segurança pública e que conhece mais do que ninguém a necessidade do fundo para que a gente mantenha o equilíbrio entre as corporações. Considero que temos cinco pilares na segurança pública do DF, que são Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Penal e Detran. Com esse equilíbrio, geramos o sentimento de integração, de respeito mútuo, fazemos boas entregas para a sociedade. Não é por outra razão que transformamos o DF na unidade da federação mais segura do Brasil.